

SESSÕES DO PLENÁRIO

22º Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE-PRESIDENTE”

1º SECRETÁRIO: DEP. PROF. VALDECI *AH DOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. ADERBAL CALDAS “3º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fernando Torres, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Augusto, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Paulo Rangel, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto e Zé Neto. (39)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Professor Valdeci, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Leur Lomanto Júnior, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 11 e 12/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Joélcio Martins, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05, 16 e 19/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado José Nunes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero, nesta oportunidade, voltar a comentar a isenção de impostos que o presidente Lula, nobre deputado Álvaro Gomes, vem promovendo.

É bem verdade que o Sr. Presidente da República teve o objetivo de preservar a indústria automobilística quando reduziu o IPI dos automóveis. Mas o nobre presidente da República esqueceu que, ao reduzir ou isentar o IPI dos automóveis, estava mexendo, nobre deputado Aderbal Caldas, nos recursos dos municípios e dos estados. Todos sabemos que o FPM e o FPE são resultados da divisão do bolo tributário do IPI e do Imposto de Renda.

Ora, o presidente teria uma outra fonte para mexer com o mesmo resultado de redução no preço dos automóveis: a Cofins, que é uma contribuição, mas optou por reduzir o IPI, que forma a base do FPM e do FPE.

Agora, pasmem, nobres deputados: no caso das motos ele fez o que deveria ter feito com os automóveis. No caso das motos, o governo federal, nobre deputado Gilberto Brito, optou por reduzir a Cofins. Eu fico a imaginar que ele resolveu baixar a Cofins das motos porque elas não são tão representativas para a arrecadação da União, mas o automóvel é.

Por que não fez o inverso, redução do IPI das motos e da Cofins dos automóveis? Ora, ele não fez isso porque queria, realmente, fazer cortesia com o chapéu dos outros. No caso das motos, ele absorve a redução da arrecadação da Cofins porque não existe a participação, a repartição desse tributo com os estados e municípios. No caso do IPI, existe.

Portanto, 48% do resultado da redução do IPI têm reflexo no FPM das prefeituras, que estão, realmente, combalidas, sem condições de pagar até a folha, principalmente em função da queda no repasse do FPM.

Isso é lamentável num momento como este, no qual a indústria vem, realmente, produzindo pouco e consequentemente paga menos IPI. E ainda vem a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para os automóveis, que foi prorrogada por mais 6 meses. Ora, esses 6 meses certamente serão de mais agonia para os municípios que hoje não estão em condição de arcar com suas despesas. No mês de fevereiro, por exemplo, houve uma redução em torno de 20% no repasse dos recursos não só do FPM como também do ICMS.

Por falar no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços,

nobre deputado Clóvis Ferraz, eu tenho a impressão de que está havendo alguma coisa na Secretaria da Fazenda. Essa greve, essa briga promovida pelo governo do Estado entre os auditores pode estar promovendo também meios para que a arrecadação baixe, porque certamente nós estamos já há 60, 90 dias com os auditores não funcionando, os agentes não funcionando. Eles passaram 60 dias aqui na Assembleia Legislativa para resolver essa questão. Então de um lado há a redução do FPM em função da isenção do IPI dos automóveis, e do outro a redução do ICMS para as prefeituras certamente em função da inércia da Secretaria da Fazenda. Isso é um reflexo da discórdia gerada na Sefaz entre agentes e auditores.

Portanto, fica desta tribuna tal registro. Devo dizer que é um assunto muito sério que carece de um debate mais aprofundado em todas as Casas Legislativas do País, principalmente nas Câmaras Municipais, que andam realmente pasmas com esta situação toda.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Para concluir, nobre presidente, digo mais uma vez que o presidente da República e o governo federal não têm o direito de meter a mão no dinheiro das prefeituras através do FPM.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Após a aula de economia do nobre deputado José Nunes, convido o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Durante esta semana, o nobre deputado João Carlos Bacelar veio a esta tribuna e fez uma suposta denúncia de que a Secretaria da Fazenda estaria perseguindo as empresas da *Rede Bahia*. Assim que soubemos desse fato, nós solicitamos do nobre parlamentar que nos fornecesse os documentos para que pudéssemos analisar e o governo pudesse tomar as providências devidas, se confirmado o fato de perseguição a uma empresa, no caso a *TV Bahia*.

O deputado João Carlos Bacelar não nos forneceu esses documentos. E ainda ontem, na minha fala, solicitei mais uma vez que nos fornecesse. Ele me forneceu uma cópia, que na oportunidade não consegui nem ler porque estava fazendo o meu discurso. Mas no mesmo momento pegou-a de volta, e fiquei mais uma vez sem o documento. Posteriormente o deputado Paulo Azi pronunciava-se sobre o fato. Solicitei-lhe o documento, e ele também me forneceu a cópia.

Estive lendo-a. Em primeiro lugar, esta aqui é de um *e-mail* em que não há remetente, não há identificação. Uma cópia com formato bastante estranho, não sei se é verdadeira ou se é falsa. E aqui remete também a uma nova situação, pela própria cópia trata-se, em sendo verdadeira, de um e-mail. E todos nós aqui temos os nossos e-mails através dos quais nos comunicamos, ora de forma informal, ora de forma formal. Considero que o e-mail de cada um tem que ser inviolável. Não posso permitir que um *hacker*, porque isso é crime, entre no meu e-mail, pegue-o sem a minha autorização, constitui-se crime.

Então, a denúncia colocada pelo deputado João Carlos Bacelar, infelizmente, é uma denúncia vazia. Se o deputado João Carlo Bacelar trouxer documentos, aí teremos que investigar, que observar, apurar, sendo verdadeira, punir os responsáveis. Mas não podemos estar nos guiando por uma cópia de um e-mail sem identificação. Ainda assim, o conteúdo desse e-mail não diz lá muita coisa. Eu pergunto o seguinte: qual é o papel da Secretaria da Fazenda? Não é fiscalizar? Não é orientar? Qual é o papel, deputado Bira Corôa, da Secretaria da Fazenda?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) Agora, a Secretaria da Fazenda tem que fiscalizar de forma indiscriminada, pequena, média e grande empresa. Não pode fiscalizar uma empresa e não fiscalizar a outra, como alguns até querem,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) mas a fiscalização tem que ser feita de forma geral, sem nenhuma discriminação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Jornalistas, teleouvintes da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, ontem fizemos aqui, eu diria, uma denúncia e uma reivindicação; denúncia porque recebemos do vereador Álvaro Pithon uma solicitação para que falássemos aqui sobre os problemas da estrada, a BA-262, que liga Vitória da Conquista, Brumado, Caetité, Guanambi, Livramento, Paramirim, etc, que está em péssimo estado.

Reivindicamos ao governador que faça a recuperação dessa estrada através do Premar – Programa de Recuperação e Manutenção de Estradas – contratado no governo Paulo Souto, autorizado por esta Assembleia Legislativa, recontratado no início do governo Jaques Wagner e até agora sem andamento. E, agora, relançado novamente esta semana pelo governador Jaques Wagner. Esperamos que agora venha, efetivamente, a ser feita a recuperação das estradas baianas, como anunciou o governo, em torno de 500 quilômetros, e que esteja incluída a BA-262, Vitória da Conquista, Brumado e as demais cidades que mencionei.

Sr. Presidente, venho aqui mais uma vez fazer uma denúncia grave sobre o Hospital de Base de Vitória da Conquista. Aliás, sobre a Saúde em vitória da Conquista, a Saúde estadual de Vitória da Conquista. O Hospital de Base, todos sabem, é um hospital de referência lá no Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, que atende todos aqueles municípios da região, em torno de 70, dando atendimento de média complexidade. Mais de dois milhões de pessoas são atendidas naquele hospital, reformado no governo Paulo Souto, re-equipado com diversos equipamentos de última geração e instalação de UTIs, inclusive a primeira UTI neonatal do interior

do Estado e contratado pessoal especializado. O hospital estava funcionando – não estamos dizendo aqui que com 100% mas funcionava bem, as pessoas que o procuravam eram atendidas. Hoje, está um verdadeiro caos. Constantemente estou recebendo denúncias de prefeitos dos municípios da região que tinham, naquele hospital, o atendimento dos munícipes mas quando chegam é a maior dificuldade. A emergência hoje está um caos, tanto é assim que o governador Jaques Wagner esteve lá na cidade há uns dias, levaram-no ao hospital mas não o levaram na emergência para ele não ver a situação em que ela se encontrava.

Estou recebendo aqui... Os vereadores de Vitória da Conquista que lá atuam, de oposição ao poder local – Álvaro Pithon, Ermínio Oliveira, Joel Fernandes, Arlindo Rebouças, Luciano Gomes – constantemente estão entrando em contato comigo dizendo das mazelas que estão acontecendo naquele hospital. Eles estão defendendo a população de Vitória da Conquista. Os prefeitos, as lideranças políticas dos municípios, têm, também falado comigo sobre a questão do hospital. Agora vai ser feita uma nova repactuação lá no sistema de saúde, e os prefeitos já estão alertados e os secretários de saúde desses municípios, porque faz-se a pactuação com Vitória da Conquista para atendimento, mandam-se os paciente e depois não são atendidos.

Além da reforma do Hospital de Base, de contratação de pessoal, reequipamento, instalação de UTIs, etc, o governo Paulo Souto fez, por nossa solicitação, a reforma do Hospital Crescêncio Silveira para servir de hospital-referência, e, hoje, esse hospital não está funcionando.

Então, nós pediríamos ao secretário Jorge Solla, que foi secretário da Saúde em Vitória da Conquista, ao governador do Estado Jaques Wagner, que desse a maior atenção àquela unidade de saúde, porque não atende somente os paciente de Vitória da Conquista não, atende toda a região Sudoeste. O que nós estamos pedindo é, realmente, maior atenção, porque hoje o atendimento está numa situação precária, já houve caso do paciente morrer na fila do Hospital de Base de Vitória da Conquista. Pacientes ficam lá mais de 30 horas para depois tentar uma remoção para outro hospital daqui de Salvador ou de Itabuna ou outro lugar por falta de atendimento lá.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- O que nós estamos pedindo é que haja realmente essa ação proativa do secretário Jorge Solla, da Secretaria da Saúde e do governo do Estado para que venham atender a população do município de Vitória da Conquista e dos municípios vizinhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, a nobre deputada Antônia Pedrosa, pelo tempo de até 5 minutos.

Gostaria de convidar o deputado Bira Corôa para que possa substituí-la aqui na

Mesa, mantendo assim a sua proporcionalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a deputada Antônia Pedrosa.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para agradecer e parabenizar ao nosso governador Jaques Wagner, bem como ao nosso grande secretário Batista Neves, pela assinatura da ordem de serviços da BA 172, que liga Javi a Santa Maria da Vitória. Na segunda-feira, fui convidada pelo governador para comparecer à Governadoria para a assinatura do ato da reconstrução dessa BA.

Sr. Presidente, para se ter ideia da sua importância, ela vai beneficiar várias cidades, Serra Dourada, Brejolândia, Tabocas do Brejo Velho, Santana, que ficam ao longo da 172 e também a população de Correntina, São Félix, Coribe, Cocos e Jaborandi, porque quem vem a Salvador tem que passar por essa 172.

Gostaria de dizer aqui desta tribuna que a 172 é uma reivindicação minha desde 2004, desde o outro governo, quando fiz uma indicação pedindo a reconstrução. Infelizmente, não consegui no governo passado, mas quando o governador Jaques Wagner tomou posse, em 2007, enviei uma indicação a ele, um ofício ao Dr. Batista Neves, pedindo a reconstrução dessa estrada. Graças a Deus fui atendida no meu pedido, a demora se deu porque, como disse o deputado Clóvis, tem um programa que cuida das estradas, o Premar, que votamos aqui, desde o governo passado, para reconstrução das BAs da Bahia. Então, esse dinheiro, 50% vão ser financiados pelo Banco Mundial e o atraso se deveu à burocracia do empréstimo concedido ao governo do Estado pelo Banco Mundial, e 40% vão ser do governo do Estado.

Então, agradei pessoalmente ao governador, que concedeu uma entrevista dizendo, tanto ele quanto o Dr. Batista Neves, que desde quando assumiu o governo, nos encontros que temos na Governadoria, nas minhas audiências, nos eventos, eu sempre o encontrava, e o Dr. Batista Neves fazia graça comigo e perguntava: cadê a minha 172?

Graças a Deus, venho aqui fazer justiça. Vai ser uma estrada de 166 quilômetros e é muito importante, porque temos um frigorífico em Santa Maria da Vitória, temos os grãos que são escoados através dessa BA. Também, já na ocasião, reformulei o meu pedido quanto à reconstrução também da BA que liga Santa Maria da Vitória a Bom Jesus da Lapa e, conseqüentemente, a 342, que liga Bom Jesus da Lapa a Guanambi.

Pedi também ao Dr. Batista Neves e ao governador as entradas – todas elas pequenas, de 3 ou 5 quilômetros – que dão acesso a Brejolândia, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Santana. O governador, para atender o meu pedido, solicitou ao Dr. Batista Neves que economizasse na licitação, visse o preço mais barato, para sobrar um dinheirinho para essas vias.

Sr. Presidente, podem até aparecer outros pais, outras mães dessa criança, porque é assim mesmo, um deputado luta a vida inteira – no caso, foram 6 anos de luta –, e depois aparece alguém querendo ser o pai da criança. Mas essa BA tem o seu

DNA já registrado, que é o da deputada Antônia Pedrosa.

Fui votada na região de Santa Maria da Vitória, Coribe, Coutos, Serra Dourada e estou cumprindo a minha obrigação, pois foi o que mais me pediram. E ontem recebi vários *e-mails*, Sr. Presidente, vários telefonemas do povo daquela região agradecendo. E eu disse que não precisavam agradecer, porque estou apenas cumprindo a minha obrigação.

Mas, mesmo sabendo que estou cumprindo a minha obrigação, quero aqui deixar registrado o meu apreço e a minha gratidão ao governador Jaques Wagner e ao secretário Batista Neves, que atenderam o meu pedido e do povo do Rio Corrente.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao nobre deputado Gilberto Brito. (Pausa) Na sua ausência, concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores, Srs. Visitantes, faço uso da palavra para mais uma vez reafirmar que o governo Wagner tem tido o compromisso de combater a corrupção. Fez uma das operações mais responsáveis, sem omissão de dados e informações, conforme é do conhecimento de toda a sociedade.

Essa ação ocorreu na Polícia militar, uma instituição de alto respeito e que defendemos. Queremos que ela tenha a credibilidade e o respeito que merece, na medida em que tem cumprido um papel importante na segurança do nosso Estado. Mas o governo não vacilou em tomar as medidas necessárias para fazer esse enfrentamento.

No momento de uma denúncia, fez a investigação e chegou até a prisão do alto comando dessa instituição. É a prova de que é um governo que tem compromisso e enfrenta a corrupção com seriedade.

Refiro-me mais uma vez esse fato para dizer que essa denúncia feita pelo deputado João Carlos Bacelar é, até então, vazia, tendo em vista que a fez e não apresentou sequer o documento fechado que citou aqui, com uma leitura extremamente comprometida, porque não o leu na sua totalidade, e sim o trecho que o interessava, da maneira que o interessava. E não cedeu uma cópia a numerosos parlamentares que lhe solicitaram para fazer a leitura. Foi-lhe solicitada uma cópia também aqui no Plenário, mas ele não a cedeu, não a entregou à Taquigrafia e, depois, criou toda uma celeuma, num esquema muito bem armado, conforme presenciamos, porque a *TV Bahia* se fez presente a esta Casa, mas não fez a cobertura total da sessão, posicionou-se na hora da falação do deputado João Carlos Bacelar, fez algumas imagens dele, mas não se preocupou com o tema central da sessão, que era a discussão do projeto que ordenava a situação da Sefaz, nem sequer citou, nas suas matérias, o que estava sendo debatido naquele dia como um dos temas mais polêmicos que passaram por esta Casa desde o ano passado.

Está claro que se tratava de uma ação montada para tentar descaracterizar o

governo, que vem tendo compromisso e que a sociedade baiana vem identificando como um governo que veio para transformar, a ponto de as pesquisas terem dado a aceitação de Jaques Wagner acima de todas as outras que se propõem a sucedê-lo.

Então, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, estou chamando a atenção para esse fato, porque esta Casa assim como o governo do Estado não se podem omitir diante de denúncias, mas não se pode tentar descaracterizar um governo, seja ele qual for, apenas por uma denúncia que ainda considero vazia.

Quero afirmar que o governo está apurando, levantando a origem dos fatos e chamando a atenção de que já identificou como saiu a informação: uma pessoa que estava presente às Galerias, que já foi identificada, foi a responsável pelo vazamento de um *e-mail* interno da Secretaria, o que é mais comprometedor ainda, porque trata-se de um servidor que não tem reservas e, por isso, não pode estar representando uma instituição ou um setor estratégico do Estado, pois, a qualquer momento, pode estar passando informações comprometedoras e restritas à instituição, sem dúvida alguma.

O governador Jaques Wagner pediu que se apurasse a veracidade dessa informação para que haja a punição devida ao informante. Se ela não existe, que aqueles que provocaram essa ação respondam...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) por ela.

Então, queria, Presidente, concluir dizendo que não tenho dúvida alguma de que o governador Wagner tem compromisso com este Estado e com a transformação dele a partir da implementação de uma ação democrática, já comprovada pelas inúmeras ações do seu governo,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, nobre deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) e que não é um fato isolado como esse que vai comprometer a estrutura desse governo.

E quero dizer, Sr. Presidente, para concluir, que o governo está aberto, que foi ele que proporcionou a transparência deste Estado, não omitiu dados, não castrou desta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:-(...) o direito de os deputados fiscalizarem a aplicação dos recursos públicos, como os outros governos o fizeram, e tem proporcionado a transparência dos dados, a exemplo dos dados da violência...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Assim, V.Ex^a vai impedir que outro orador utilize o Pequeno Expediente, nobre deputado!

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) que em outros governos eram omitidos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Nobre deputado Rogério, prezada deputada Marizete aqui presente, Srs. Deputados e também, por que não dizer-se, prezada

deputada Antônia Pedrosa, meu querido decano, deputado Reinaldo Braga, há mais ou menos um ano um servidor do nosso gabinete tivera a placa do seu veículo clonada e pude acompanhar de perto as dificuldades, as amarguras e os riscos que isso constitui: inúmeras multas, só se pode renovar o emplacamento pagando aquelas multas, recursos, uma verdadeira peregrinação no Detran e em outros órgãos à procura de solução.

O Estado foi concebido para proteger e cuidar dos interesses coletivos, é a sua finalidade precípua, e diante daquela situação, que eu não conhecia, na realidade, objetivamente, procurei ver os caminhos e constatei da intransigência do Contran, Conselho Nacional de Trânsito, com relação à matéria. Fui e constatei que o Detran de São Paulo e o do Paraná já teriam tomado providências, possibilitando senão a troca da placa daquele veículo que fora clonada, senão um outro caminho, uma outra solução.

Com base na posição tomada por aqueles dois organismos de Estado da Federação, encaminhei ao Detran da Bahia uma indicação sugerindo copiar-se a medida adotada por São Paulo e pelo Paraná. O ex-diretor do Detran, diga-se de passagem, muito atencioso, submeteu-se a nossa colocação à Procuradoria do Detran, que foi antagônica, achando que a competência para tal procedimento é do Contran.

Voltei a entrar em contato com o Detran de São Paulo que me confessou ter enfrentado o posicionamento do Contran, porque somente a cidade de São Paulo, deputado Reinaldo Braga, tem uma média de 50 veículos com placas clonadas diariamente, afora o constrangimento que está submetido quem se encontra na situação tal, como vítima, o risco de uma operação policial, e via de regra, evidentemente, quem clona a placa de um veículo não é somente para burlar, mas para praticar outros crimes. O veículo é apenas um instrumento para roubos, sequestros e outros delitos.

Então quero, daqui desta tribuna, conclamar para ver se a Casa pudesse, unidamente, unissonamente, de forma coesa, adotar uma providência para que possamos encaminhar algo, até em nível federal. Se a legislação e os mesmos procedimentos administrativos são da competência exclusiva da esfera federal, é preciso que se tome uma providência com relação ao assunto.

Uma ex-vizinha, há poucos dias, conversando, também tivera a placa do veículo clonada e ela, estando a conversar na Delegacia de Furtos e Roubos, alguém teria sugerido, que ela tivesse determinados cuidados, porque o veículo que se apropriara da placa do seu carro poderia estar sendo utilizado para a prática de crimes, e ela totalmente inocente, desconhecendo do assunto, ser perseguida pela polícia, procurar uma fuga e ter seu veículo baleado.

Então, eu acho que é chegado o momento de se tomar uma posição com relação ao assunto...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILBERTO BRITO:- (...) respeito a posição do Detran em ter cautelas, mas se nós não tivermos determinados atrevimentos em determinadas posições as coisas não acontecem.

Lembro-me muito bem de uma outra posição que tomamos, com competência federal, relativa à aposentadoria do homem do campo, e agora estou voltando com essa colocação, para que se adote uma providência no sentido de proteger as pessoas que legitimamente têm os veículos e que, criminosamente, alguém venha clonar a placa do veículo causando constrangimento, por que não dizer risco de vida a qualquer momento.

Agradeço a tolerância do nobre jovem presidente, deputado Rogério Andrade, e fica aqui consignada a nossa posição.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Misael Neto, pelo tempo restante de 4 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço-lhe, deputado Rogério Andrade, companheiro democrata, por me conceder esses quatro minutos finais do Pequeno Expediente.

Infelizmente, a Bancada do governo não está aqui presente, somente a deputada Marizete, sempre assídua no Plenário. Mas, fico aqui, de certo modo, preocupado, deputado Heraldo Rocha, porque desde o momento em que o nosso companheiro, deputado João Carlos Bacelar, fez uma denúncia grave a respeito dos procedimentos da Secretaria da Fazenda, os deputados governistas se revezam nesta tribuna, a exemplo do deputado Álvaro Gomes, para somente dizer que a culpa foi do servidor que vazou a informação. A culpa nem é do superintendente, que mandou fazer a perseguição à Rede Bahia, nem é do do secretário Carlos Martins, que é quem nomeia o superintendente, nem é do governador, que colocou o secretário, a culpa é do servidor que vazou a informação, deputado Heraldo Rocha.

O deputado Bira Corôa acaba de deixar esta tribuna e, mais uma vez, reforça, fala que já está havendo um procedimento de investigação para ver quem vazou essa informação da Secretaria da Fazenda. Não basta perseguir adversários políticos, agora vai haver perseguição dentro da própria Secretaria.

Mas, deputado João Carlos Bacelar, este governo ainda diz que é democrático, que é republicano. Estão caindo as máscaras do governador Jaques Wagner.

E, mais uma vez, parafraseando o presidente Lula, a culpa disso tudo que está acontecendo na Secretaria da Fazenda é dos olhos azuis por perseguir funcionário que está cumprindo com o seu dever, que não concorda com atitudes antidemocráticas e anti-republicanas. Este secretário é o culpado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PC do B para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos a deputada Marizete, eu também falarei pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a deputada Marizete Pereira, grande mulher, grande parlamentar, esposa do nosso querido vice-governador do Estado da Bahia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIZETE PEREIRA:- Sr. Presidente, ainda bem que o senhor colocou primeiro as qualidades da mulher para depois dizer que era a esposa do vice-governador, senão seria mais uma mulher esposa de fulano, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Foi proposital, deputada.

A Sr^a MARIZETE PEREIRA:- Muito obrigada pelas deferências.

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, eu gostaria aqui de lhes comunicar um avanço que nós, mulheres, Antônia Pedrosa, especialmente a Comissão de Direitos da Mulher, estamos conquistando nesse espaço, nesta Casa.

No ano passado tivemos aqui uma reunião, por sinal foi a primeira, que se tornou uma audiência pública, com as delegadas das DEAMs, que são as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Naquela época participaram todas as 14 delegadas, de toda a Bahia. E não foi diferente com Barreiras, deputada Antônia Pedrosa, sua região que também estava presente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna.

A Sr^a MARIZETE PEREIRA:- Nessa audiência foram colocadas todas as dificuldades em que as DEAMs se encontravam, inclusive DEAMs há muito tempo criadas mas não instaladas. E vimos que antes de criar outras delegacias precisávamos estruturar as que já existiam, porque não é uma delegacia comum, atende a mulher, socorre a mulher vítima de violência. Então, para essas delegacias é preciso quadros de pessoas especializadas, para que possam tratar de assunto mais sério do que os que normalmente são resolvidos nas delegacias comuns.

Nessa audiência que nós tivemos com todas as delegadas nasceu a necessidade de ter uma coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Como deputada – sempre trabalhei muito para as conquistas da mulher – fiz a indicação e esta veio para a Assembleia onde foi votada, aprovada e encaminhada ao governador, o qual afirmou o seu apoio, com a sensibilidade que sempre teve com a causa da mulher, com a criação, inclusive, da Sepromi que, pela primeira vez, teve uma secretaria para cuidar das políticas públicas para as mulheres; o governador não foi diferente também com a indicação da coordenação. Recebi ontem um ofício da secretária do gabinete da Sepromi, o qual expõe o apoio do governador à minha indicação, para a criação da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, encaminhando-a para o secretário.

Então eu gostaria de comemorar esse avanço. Precisamos cada vez mais implementar as delegacias que existem. Essa coordenação tem como objetivo promover o maior aprimoramento e articulação das políticas de atendimento ao enfrentamento da violência cometida contra as mulheres.

A gente sabe que essa violência torna-se cada vez mais grave. Atualmente temos visto diversos casos nos quais as mulheres não só são violentadas psicologicamente, moralmente, fisicamente, mas também mortas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo restante de 5 minutos do PCdoB.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, ontem tivemos uma reunião na Comissão de Direitos Humanos, na qual foi tratada a questão da violência no nosso Estado. Contamos com a presença do delegado Magalhães que anunciou sua saída do exercício da atividade policial, ou, pelo menos, estaria saindo da posição de delegado, iria se aposentar; narrou a tentativa de homicídio contra sua pessoa, na ilha de Itaparica e, a partir daí, travou-se uma discussão sobre o problema da violência no Estado da Bahia.

Eu falei, reafirmei na comissão, que não acredito no combate à violência a partir dos grupos de extermínio, não acredito no combate à violência através do investimento apenas e simplesmente no aparato repressivo como a construção de penitenciárias, como o aumento do aparato policial. A questão da violência tem que ser analisada do ponto de vista estrutural. E as raízes da violência estão fincadas nas desigualdades sociais, estão fincadas na cultura do individualismo, estão fincadas no estímulo à corrupção e na não punição daqueles que são os criminosos da elite.

Então, é preciso que haja efetivamente uma política estruturante no sentido de permitir melhores condições de vida para a nossa população para que possamos ter a redução da violência no nosso Estado. Fico muito preocupado com essas discussões, fico muito preocupado com o debate sobre a violência quando aparecem ideias que vêm no sentido de aumentar o aparato repressivo como forma de combater a violência. Eu entendo que essa não é a forma e a história tem demonstrado que a violência, longe de ser reduzida com esses métodos, tem aumentado.

Portanto, o combate à violência se dá através da justiça social. Essa é a tese que eu sempre defendi. Não é uma novidade, é uma tese que defendi na legislatura passada, é uma tese que eu defendo nesta legislatura. Não cheguei em nenhum momento a responsabilizar a pessoa física do ex-governador Paulo Souto nem a pessoa física do Secretário de Segurança. Sempre combati a violência e defendi o combate à violência através de medidas estruturantes. Ao invés de construir penitenciárias, é preciso construir postos de trabalho; ao invés de aumentar o número de policiais, é preciso construir uma cultura de solidariedade, é preciso construir condições dignas para a nossa população assegurando-lhe a verdadeira cidadania, o direito à democracia, à liberdade, ao lazer, à saúde, à educação, à moradia. Essas são

as formas de combater a violência.

Portanto, eu tenho defendido isso. Algumas pessoas defendem a redução da maioria penal. Tudo bem, nos Estados Unidos a redução da maioria penal chega aos 6 anos...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Para concluir.

(...) e a criança é condenada e reduziu a violência? Nos estados Unidos tem violência. Então, não se combate a violência com o aumento do aparato repressivo, combate-se a violência com justiça social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do Governo ou da Maioria ou representantes do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, a deputada Antônia Pedrosa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Convido a nobre deputada Marizete para ocupar o lugar da deputada Antônia Pedrosa, para que possa fazer seu pronunciamento.

Com a palavra a deputada Antônia Pedrosa.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho de novo a esta tribuna para falar que, na semana passada, eu percorri todo o oeste da Bahia. Passei praticamente uma semana especialmente visitando as cidades do rio Corrente, como Santa Maria da Vitória, São Félix, Coribe, Jaborandi, Correntina, Riachão das Neves e Angical. Então, eu cheguei a Correntina e fiquei estarecida com as notícias que ouvi lá.

Ontem, o deputado Álvaro Gomes, prezado companheiro por quem tenho muito apreço e ligação, disse que o oeste vermelhou, ou seja, ficou vermelho. Agora, deputado Álvaro Gomes, se depender do prefeito de Correntina, o oeste nunca vai ficar vermelho, porque ele está representando uma farsa. Ele pode ser vermelho por fora, mas, por dentro, ele é verde. E o senhor sabe que quando a gente fala isso o que se entende. Por dentro é a verdinha, o dólar, é o que manda.

Então, uma pessoa que veio do PFL que o deputado Álvaro Gomes tanto combatia, não estou falando pejorativamente, porque no PFL há deputados valorosos como esta bancada que está aí e hoje é democrata. Mas eu duvido que os deputados Heraldo Rocha, Gaban, Paulo Azi jamais irão, por conveniência, se filiar ao PCdoB. Isso é um giro de 360 graus – não é nem de 180. Então, desconfie das pessoas que mudam desse jeito.

Toda a vida fui do PMDB. O senhor me conheceu com as lutas da esquerda, com as nossas lutas do sindicato. Fui delegada sindical do Banco do Brasil, com a nossa luta para eleger o senhor como presidente do Sindicato dos Bancários. Nunca fui para o governo, mas nunca tive coragem de me filiar ao PFL, porque achava que

era um giro de 180 graus. Agora, calculem: ir do PFL para o PCdoB.

Então, ele não entende, deputado Álvaro Gomes; ele nunca ouviu falar em Marx. Quando se filiou ao PCdoB, eu lhe perguntei: “O que o levou a filiar aquele prefeito ao PCdoB?” O senhor me respondeu que ele havia lido Marx e toda a filosofia que conhecemos muito bem: capital e trabalho, na sociologia, com Weber. Mas ele nem sabe quem foi Marx na vida dele. Ele nunca nem ouviu falar.

Veja, o senhor tê-lo testado para ir para o PCdoB.

Acho que vocês estão escolhendo muito mal, o senhor vai ver. O que eu ouvi lá, que ele praticou nas eleições, não vou dizer aqui, como declarei na *Tribuna da Bahia*, mas, se for verdade o que me disseram, e se houver justiça na Bahia e no Brasil, ele não terminará o mandato dele.

É um descaso com a população. A saúde está muito precária. Temos um distrito lá que tem mais de três mil moradores, deputado Elmar Nascimento, recebe água da SAAE, paga, e está bebendo lama, está bebendo água misturada com dejetos de animais. Não sei se o SAAE pertence à prefeitura, mas qualquer prefeito, principalmente do PCdoB, eu conheço a linha do PCdoB, porque já militei muito com o PCdoB, que tem a linha de justiça, a linha pelas políticas públicas sociais, um prefeito não poderia deixar uma população de três mil habitantes naquela situação, cobrando taxa de esgoto sem ter um centímetro de esgoto, não é um metro, não, nunca teve esgoto. Eu estive lá e vi a água, é uma verdadeira lama. Se não pertencer à prefeitura, ele teria que intervir, porque aquele povo votou quase todo nele.

Então, deputado Álvaro Gomes, o Oeste jamais ficará vermelho, se Correntina está vermelha, está vermelha de vergonha, não é pelo partido, está vermelha de vergonha, por ter votado num prefeito daquele quilate.

Sinto pelo senhor, porque o senhor, antigamente, para escolher uma pessoa que ia para o PCdoB, fazia sabatina, olhava os conhecimentos, principalmente se baseava na temática de Marx.

Hoje, quando vejo o prefeito de Correntina dizer que é do PCdoB... E tem mais, deputado Álvaro Gomes, não sei por que o PCdoB é feito uma casa de marimbondos, o PCdoB só vota no PCdoB, e não sei se ele lá irá ter a fidelidade partidária e votar no senhor, não. Procure saber, porque nem isso ele irá cumprir.

Quero aqui dizer que é um desagravo que estou fazendo, que Correntina, pelo menos Correntina, não digo outro que não conheço, mas Correntina eu conheço, se estiver vermelha, é de vergonha.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, falará por todo tempo o nosso querido amigo, companheiro, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade,

Srs. Deputados, Srs. da Imprensa e das Galerias, o senador ACM Júnior proferiu discurso ontem da tribuna do Senado que é um divisor de águas no comportamento da Oposição, a partir de agora, em relação ao governador.

Assistimos ao longo de mais de dois anos e três meses às bravatas deste governador que não tem o que mostrar para a população. A partir de agora a Oposição fará uma oposição mais ostensiva, para mostrar diariamente as mentiras e desconstruir um governo que não tem nada para apresentar ao povo.

Pela importância e conteúdo deste discurso, passo, Sr. Presidente, a lê-lo:

(Lê) *“Tenho evitado trazer a esta tribuna questões restritas à política baiana, porque entendo que o trabalho de um Senador da República é defender os interesses do seu Estado e do País, acima, sempre que possível, de diferenças político-partidárias regionais.*

Contudo, as continuadas, desrespeitosas e despropositadas declarações que o senhor Jaques Wagner vem dando em relação aos governos que o precederam não podem mais ficar sem resposta, especialmente a entrevista dada esta semana ao jornalista Samuel Celestino.

Impressa, a tal entrevista ocupa dezesseis páginas em que entrevistador e entrevistado dão mais atenção às gestões de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges do que ao próprio governo Jaques Wagner; em uma clara tentativa de desconstruir realizações das administrações anteriores.

Mesmo as mais emblemáticas conquistas como, por exemplo, a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari e o parque automotivo da Ford, foram minimizadas ou, digamos, relidas sob uma ótica absolutamente distorcida e mentirosa. O governador chega a afirmar que não foi a Bahia que trouxe a Ford, mas o Rio Grande do Sul que a deixou ir.

É compreensível, senhores senadores, que o governador Jaques Wagner sintasse incomodado, uma vez que se vê ameaçado eleitoralmente, não apenas por adversários, mas mesmo por seus aliados que, em função da incompetência administrativa e política que apresenta seu governo apagado, buscam outros caminhos. Aliás, é risível ver o governador chamar de pluralidade de opiniões o que não passa de desorganização de sua base aliada.

Além de incomodado, ele deve estar frustrado, pois sabe que não cumprirá uma sequer das inúmeras promessas de palanque. Logo ele, que foi eleito alardeando a condição de correligionário do presidente da República, o que o credenciaria a grandes realizações.

Pois sim...

Jaques Wagner tem se notabilizado por deixar agravarem-se os problemas que prometeu combater, além de deixar florescer outros tantos.

Vejam o caso da insegurança pública.

No governo Jaques Wagner, a violência incorporou-se ao cotidiano baiano, trazendo medo aos moradores e afugentando o turismo.

Os números são cruéis: nos primeiros três meses deste ano pelo menos 452 pessoas foram assassinadas somente em Salvador e região metropolitana. Digo 452

porque este é o número contabilizado pela imprensa, uma vez que governo não divulga os números oficiais.

Desde a posse de Jaques Wagner a violência não para de crescer na Bahia.

Em 2007, a violência aumentou 30%. No ano passado, novo aumento, desta vez de 40%. Mantendo-se os números dos três primeiros meses deste ano, o triste recorde deverá ser batido mais uma vez.

Na saúde, a dengue ameaça ser a marca deste governo.

Os números, novamente eles, são impressionantes e não param de crescer: vinte mil casos de dengue registrados apenas nos últimos trinta dias e mais de meia centena de mortes.

Enquanto a dengue declina no país, na Bahia ela avança, embalada pela ineficiência do governo estadual.

E não apenas a dengue.

Em mais uma evidência de que a saúde pública na Bahia agoniza, além de liderar a lista nacional de vítimas da dengue, o estado ostenta um triste terceiro lugar na incidência de tuberculose.

O desemprego cresce, a economia do estado definha e o governador se irrita quando é confrontado com essa realidade, quando o certo seria agir para estancar a inoperância de sua administração.

Senhores,

Em dois anos e três meses de governo, indústrias foram fechadas ou transferidas.

A Britânia, por exemplo, demitiu quase 300 funcionários e foi para Santa Catarina.

Empresários cancelam investimentos.

Em Salvador, comerciantes do Pelourinho sofrem com o abandono que Jaques Wagner impôs àquele patrimônio cultural da humanidade.

É um crime, senhores, o que este governo faz com o Pelourinho, jogando no lixo o investimento de mais de uma década e, em apenas dois anos, conseguindo a proeza de afastar turistas e baianos do coração da cidade.

Senhor Presidente,

O fato é que, se o governo baiano ainda respira, mesmo que por aparelhos, agradeça Jaques Wagner aos programas herdados de seus antecessores, programas esses aos quais ele deu prosseguimento apenas mudando o nome, como é caso do programa de recuperação de estradas, financiado pelo BID ainda em 2006, no governo Paulo Souto.

A Bahia parou e o governador nada fez.

Nada fez e agora mente, se contradiz quando afirma que a Bahia viveu cinquenta anos de estagnação econômica.

Ora, o PIB da Bahia duplicou entre o ano 2000 e 2006, crescendo sempre acima da média nacional.

Agora, no governo petista de Jaques Wagner, é que o Estado passou a crescer menos que o Brasil e, proporcionalmente, gerar mais desempregados.

Em sua tentativa desesperada de justificar-se, o governador chega ao cúmulo de, passados quase três anos de sua gestão, buscar desqualificar até mesmo o funcionalismo estadual, certamente como estratégia para defender a instrumentalização da máquina pública pelo PT e aliados.

Aliás, Senhor Presidente, Peço especial atenção dos senhores para o que vou relatar agora, que é grave, muito grave, e mostra como a máquina estatal baiana está instrumentalizada a serviço de um grupo político:

Tenho aqui comigo a cópia de um email (aqui está ele) trocado entre dois funcionários da Secretaria Estadual da Fazenda, que comprova o uso do órgão como instrumento de perseguição política.

No documento, o coordenador da Inspeção de Fiscalização de Empresas de Grande Porte do Fisco (não vou dizer seu nome, mas está aqui) determinava fosse feita uma fiscalização na TV Bahia, uma empresa da família do deputado federal ACM Neto e do senador ACM Júnior.

Pois vejam:

Ao tomar conhecimento de que ao final da fiscalização nenhum ilícito fora encontrado, o coordenador simplesmente emitiu uma nova ordem, reiterando a necessidade de obter resultados na fiscalização da emissora ou em outras empresas do grupo." e encerrando a mensagem informando tratar-se de uma solicitação expressa da Superintendência de Administração Tributária.

O que é isso, senhor presidente, senão o uso da máquina pública para lograr objetivos subalternos?

O que é isso, senhores senadores, senão o uso descarado, desavergonhado, do governo para fins inconfessáveis?

É uma vergonha! Uma vergonha que deverá ser apurada e seus responsáveis severamente punidos!

Fato é, senhores, que a reta final do mandato do governador Jaques Wagner se aproxima e Sua Excelência não consegue livrar-se da sombra de seus antecessores e da inevitável comparação entre gestões.

Daí a tentativa reiterada de difamar biografias e de sabotar empreendimentos empresariais apenas porque seus gestores não se curvam à sua forma de governar.

A pressão por que passa o governador Jaques Wagner não lhe dá o direito de agir desta forma desesperada e incivilizada.

Ainda que veja seu mandato terminar sem prestígio; ainda que não tenha realizações a apresentar ao povo baiano; ainda que se veja abandonado pela base política que antes o apoiava e que, pelo bem da Bahia, busca outros rumos; ainda que seu governo esteja definhando melancolicamente, não pense o senhor Jaques Wagner que poderá tripudiar, difamar, desrespeitar a memória de Antonio Carlos Magalhães, sem que vozes se levantem para defendê-lo. Vozes amigas, correligionárias ou simplesmente do povo baiano, sempre sairão em defesa de ACM. Vozes que reconhecem nele o baiano que trabalhou, viveu pela Bahia e que deixou um legado que nem cem anos de Jaques Wagner poderiam apagar.

Rogo, pelo amor que tenho à Bahia, que o governador consiga se libertar

desta obsessão doentia, desta missão impossível de tentar comparar-se aos governos de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges.

Talvez assim, Sua Excelência comece a governar e a resolver os problemas que, hoje, infernizam o Estado e o povo baiano.

Vá trabalhar, governador, pois só lhe restam ano e meio de mandato!

É o que tinha a dizer.”

Li na íntegra o discurso proferido ontem à noite pelo senador ACM Júnior, e que norteia o divisor de águas entre a atuação da oposição baiana nesse atual desgoverno do Sr. Jaques Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PRP/PDT/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Inicialmente, gostaria de agradecer ao deputado Bira Corôa, amigo e companheiro, por me conceder o seu tempo na tribuna.

Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade, companheiros deputados, companheiras deputadas, quero pontuar com muita tranquilidade que nós da Bancada do governo é que deveríamos ter ficado abismados. Não me lembro de ter visto uma situação como a que vimos nos últimos dias. O *e-mail* de uma Secretaria de Estado foi invadido de forma inadequada, fraudulenta e exposto numa sessão em que os derrotados não admitem o peso da democracia. A democracia tem um peso, um valor e também um custo, que é o debate e, às vezes, a derrota.

Pedimos aqui, deputado Álvaro Gomes, que entregassem o documento ou pelo menos uma cópia. Na condição de advogado sei, e o deputado Elmar também advogado igualmente sabe, que um documento em cópia ou é autêntico ou tem fonte certa para auferir a sua autenticidade. Documento que no seu mérito não tem nada!

Ninguém persegue a *TV Bahia*! Aliás, está claro que ela nunca foi perseguida pelo governo. Ao contrário. Foi respeitada como não seria qualquer empresa ligada aos nossos companheiros que hoje integram a base governista.

No governo passado havia uma clientela, uma corriola de interesses que sempre atendeu aos seus amiguinhos, e por isso toda a cadeia produtiva da Bahia foi destruída! Toda a cadeia produtiva, em todos os setores!

Observem o caso da Ebal, onde houve uma roubalheira de 620 milhões realizada por um esquemazinho montado pelas empresas da “Jaleco Branco”. Na Bahiaturisa foi descoberto um rombo de quase 200 milhões fruto de roubo.

O que não dá para admitir é que não tem argumento, não tem projeto!.Fazer política em cima de espuma?! Espuma!

O texto que nos chegou às mãos veio através da imprensa, porque foi ela que nos trouxe o documento completo! Aqui na Casa o texto que circulava era dum documento sem cabeçalho. Houve a invasão de um *e-mail* de uma secretaria que deve

ser estratégica em qualquer governo, de um documento que não é sigiloso mas deve ter o seu fundamento. Não havia nenhuma perseguição.

Chega-se à conclusão de que dados, denúncias ou situações precisam ser investigados na secretaria que tem a obrigação de investigar, fiscalizar e arrecadar. Precisam ser investigados numa secretaria que tem essas obrigações legais dentro do seu mister, do seu devido processo legal.

E de repente aparece uma espuma! Uma irresponsabilidade de quem fez a denúncia com relação a uma situação que não tem nenhuma irregularidade.

A *TV Bahia* está acima do bem e do mal? Não! É uma empresa como outra qualquer que deve ser fiscalizada. Aliás, foi todo o grupo que foi fiscalizado. Naturalmente, as fiscalizações, deputado Elmar Nascimento, acontecem regularmente em qualquer empresa. O Estado tem obrigação de fiscalizar. Coisa errada aconteceria se alguma irregularidade fosse apontada, alguma situação fosse denunciada, e o Estado não fizesse o seu papel. No texto, apenas pede-se que se avaliem as demais empresas do grupo, já que uma tinha demonstrado irregularidades.

É bom lembrar que o governo da Bahia é comandado por um democrata, porque, enquanto alguns chamam o golpe militar de revolução e recebiam benesses dos governos militares, nós estávamos construindo um outro Brasil, um outro Estado, uma outra situação de direito, e nós temos plena clareza do nosso papel.

A *TV Bahia* recebe sim, por conta da sua especialidade técnica, da sua audiência, as propagandas do governo, sem nenhuma retaliação; a *Rádio Globo*, da mesma forma; o Festival de Verão teve todo apoio do nosso governo, e terá sempre, porque é importante para a Bahia. Onde é que há perseguição do governo à *TV Bahia*? As fiscalizações foram todas elas feitas normalmente, como são feitas em todas as empresas, um documento interno.

Temos que saber quem são esses que invadem *e-mails*, porque agora a “grampolândia” será montada na Bahia, e não foi investigada nesta Casa, porque o deputado Heraldo Rocha, aqui, bateu o recorde de extinção de CPI, em 27 segundos e, hoje, quer investigar um documento que, do meu ponto de vista, se nós tivermos que investigar alguma coisa, vamos ter que investigar por responsabilidade nossa. Como é que invadiram o *e-mail* pessoal de um funcionário público, que trabalha numa empresa do Estado e tem que ter o devido resguardo para proteger os sigilos fiscais, inclusive das empresas. De repente, foram tão imaturos, que não aprenderam a ser Oposição.

Nós aprendemos a ser governo. Olha, esse discurso que V.Ex^a leu aqui agora, pode guardar. Esqueçam, porque nós vamos reeleger o governador Wagner, porque a Bahia já entendeu e já sabe como é bom liberdade, como é bom discutir, como é bom paciência, como teve aqui o deputado Marcelo Nilo, naquele acinte comandado por alguns que jamais saberão a importância da disputa democrática. Nós, deputados, fomos xingados em coro. Jamais imaginei isso.

Olha, Brecht dizia que se orgulhava das filhas dos trabalhadores na Polônia, quando esta estava sendo invadida pela Alemanha, porque elas não se vendiam por chocolate. Nós temos que ter muito cuidado aqui com as nossas disputas.

Deputado Elmar, V.Ex^a sabe que já tivemos muitos e vigorosos debates, mas eu defendo esta Casa, como instituição. Quero colocar aqui, inclusive na presença de alguns senhores e algumas senhoras da imprensa, que quem tem que investigar somos nós.

Naquela cadeia de sucessão, nós tínhamos dois diretores, uma supervisora e um diretor da Datamed, que não são ligados ao Sindsefaz e não são ligados a uma tendência de pensamento político que nós abraçamos. São diretores, têm cargos funcionais, agiram dentro do dever legal, e ninguém trouxe o nome de ninguém para cá, porque seria uma situação extremamente grave fazermos qualquer exposição.

A ação foi legal, foi legítima, foi regular. Irregular foi quem trouxe o documento para cá. Houve irregularidade e até um crime...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) tendo em vista que há a invasão de um *e-mail*. Os que promoveram a “grampolândia” agora estão a promover invasões de *e-mails*. Quero saber como e onde. Na verdade, já sei.

Era o que eu tinha a dizer, para que as situações não se invertam. E nós temos a responsabilidade, deputado Álvaro Gomes, de agora investigar como aconteceu essa invasão absurda dos interesses do Estado, atingindo procedimentos legítimos, dentro processo legal. E dessa forma conseguiram um *e-mail* individual, pessoal, que não poderia estar aqui se não por irregularidade e, também, por crime. O crime é essa invasão...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, nobre deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) e não o devido processo legal cumprido pelo Estado.

Viva a Bahia, viva o Brasil, viva a democracia! A Bahia de todos nós mostra, todo dia, que é uma realidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário do PR.

Concedo a palavra ao nobre Líder do PR.

O Sr. Elmar Nascimento:- Falará por todo o tempo o deputado João Carlos Bacelar.

Mas, antes, peço uma questão de ordem, Sr. Presidente, apenas para dizer que a culpa agora é do caseiro. É a mesma história do caseiro Francelino.

A perseguição política está demonstrada, não há como refutar um documento verdadeiro. Mas agora querem buscar quem apresentou esse *e-mail*. Não importa de onde veio, importa, sim, se é verdadeiro ou não. Reconhecem que é verdadeiro e agora querem punir um funcionário, que denunciou porque viu um crime de perseguição política. Porque o problema não é fiscalizar, é – como está dito ali – ter de buscar resultados.

O Estado tem mesmo que fiscalizar para ver se encontra alguma irregularidade. Mas já havia sido feita a fiscalização. Entretanto a ordem foi para buscar resultados, inclusive, em outras empresas do grupo. Destaco, essa ordem foi

dada por uma superintendência que investiga apenas empresas de telecomunicação, mas está dando ordens para investigar construtora, empresa de entretenimento e outras organizações desse grupo.

O deputado Zé Neto disse há pouco que descobriram corrupção e ladrões roubando mais de 650 milhões da Ebal e da Bahiatursa. Quero saber por que o governo não prendeu esses ladrões. Eles têm de dizer os nomes desses ladrões e prendê-los. Sempre sou o primeiro a assinar qualquer CPI. Assinei a da Ebal, o deputado Zé Neto sabe disso, a da Bahiatursa e assino qualquer outra que queiram. Diferente deles, que não assinam.

Repito, assino qualquer CPI para investigar o que eles quiserem. Agora, têm de dizer quem é o ladrão, quem roubou, para mandarmos prender. Polícia tem de mandar prender. O governador tem de mandar prender. Como é que houve roubo e ele não diz quem foi? Por que não manda para o Ministério público, por que não manda prender?

Isso é prevaricação. Se eles sabem, estão prevaricando. Têm de dizer o nome, têm de dar os nomes aos bois. Roubo está havendo nesse governo, que anunciou um orçamento para construir um estádio por 20 milhões e custou 62 milhões. Se fosse um prefeito, estava na cadeia. Essa ordem de dispensa de licitação foi assinada pelo Sr. Governador Jaques Wagner; ele colocou a digital no roubo cometido na construção do Estádio de Pituçu.

Aí nós vemos que existe corrupção e roubo nesse governo...

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de pedir aos Srs. Deputados, que, no momento em que for solicitada uma questão de ordem, se atenham aos assuntos regimentais. Caso contrário, serei obrigado a ceder para a outra face da moeda, ao outro lado.

O Sr. Álvaro Gomes:- A minha questão de ordem é efetivamente para colocar ordem. O deputado Elmar pediu uma questão de ordem para fazer um pronunciamento. Ele terminou de fazer um discurso e pediu uma questão de ordem para fazer outro. Isso é um absurdo, um abuso! Tem o horário agora do PR, em que ele poderia falar novamente. Eu acho que nós não podemos banalizar a questão de ordem.

Então peço a V.Ex^a que normalize essa situação...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concordo, deputado, V.Ex^a tem toda a razão. Apenas não poderia interromper o deputado, tendo em vista que ele tinha 5 minutos para formular a questão de ordem. Lamentavelmente, ele concluiu o tempo sem formulá-la. Mas, repito, V.Ex^a tem toda a razão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, pelo tempo de até 8 minutos, o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, em atenção ao deputado Professor Valdeci, que ontem fez um brilhante discurso nesta Casa, assumindo a posição que o Sr. Secretário da Fazenda devia estar assumindo, quero dizer-lhe que quem me deu o *e-mail* foi quem o recebeu.

Não adianta o inspetor perseguidor estar agora a inventar mil saídas, porque, deputado Valdeci, além de eu estar protegido pela Constituição Estadual, que diz que não sou obrigado, como deputado, a indicar as minhas fontes de informações,...

Isso está parecendo o caso do mensalão, em que, cada dia, se armava uma desculpa, a desculpa não se sustentava, e deu no que deu; o caso do caseiro, no qual o ministro Palocci se envolveu naquelas confusões de quebra de sigilo bancário, e, cada dia, armavam um desculpa, e a coisa foi descambando, porque já disseram que a minha denúncia era falsa; depois, que era montagem; em seguida, que era uma xérox apócrifa; agora, já é invasão de *e-mail*.

Quem me entregou o *e-mail* foi quem o recebeu. Mas a incompetência, na Secretária da Fazenda, hoje, é tão grande, que dispararam um *e-mail*, deputado Rogério Andrade, presidente da sessão, para um e ele chega às mãos de 10, 12 auditores.

O presidente do Democratas, na Bahia, o ex-governador Paulo Souto, afirmou ontem: “Caiu de vez a máscara de um governo que se diz republicano e democrático, mas que utiliza dos piores métodos para intimidar, coagir e perseguir seus adversários, usando, para isso, todo o aparato de Estado”. Para o ex-governador a divulgação das determinações da Sefaz mostra claramente o objetivo do governo do Estado ao adquirir por R\$ 800.000,00, sem licitação, um sofisticado aparelho para grampear telefones dos contribuintes.

A essa altura, passadas já quase 48 horas da minha denúncia, o que precisamos saber do Sr. Carlos Martins, que, pelo que se propaga, é amigo pessoal do governador Wagner, é se houve grampo ou não, se houve interferência indevida ou não, se houve exorbitância das atividades de um subordinado dele ou não. Entretanto, o secretário, até agora, não se preocupou em negar nada. Essa preocupação de negar não partiu ainda nem da base do governo, pois ela não negou a minha denúncia! O secretário Carlos Martins não se preocupou em informar se apurou ou mandou apurar se a denúncia procedia ou apenas fazia parte de um projeto de desestabilização da Secretária da Fazenda.

Deputado Professor Valdeci, o que quero saber é se o secretário nega ou afirma a minha denúncia, se apurou ou mandou apurá-la. O resto é pirotecnia, é discurso político, Professor Valdeci! O secretário precisa dizer se a Secretária da Fazenda, no governo Wagner, é utilizada como instrumento de perseguição política! É ou não? O secretário precisa esclarecer o que é, no jargão fazendário, obter resultados numa investigação? Nada mais do que isso. O resto é para agradar o governo!

Mas tenho certeza de que o Sr. Governador se agrada muito mais com o discurso de V. Excelência, Professor Valdeci, que ontem, aqui, pediu serenidade e que se apure se é verdade ou não.

Eu vim aqui delatar quem me deu a informação? Nunca. Não tenho vocação para delator, e estou respaldado na Constituição do Estado. Estou respaldado na Constituição do Estado. Deputado Misael Neto, por gentileza, me entregue esse exemplar da Constituição do Estado. Eu estou respaldado na Constituição do Estado, que os deputados deveriam conhecer. E aí, o deputado Misael, que já a conhece, traz aqui: (lê) “Art. 84: § 3º- O deputado não será obrigado a testemunhar sobre

informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou dele receberam informações.”

É a Constituição do Estado.

Mas há uma diferença muito grande, em certos adeptos de correntes totalitárias, entre o discurso e a prática.

Querem democracia, mas para proteger os seus. Querem inviolabilidade da comunicação, mas para proteger os seus. É isso. A lei é feita para eles, para protegê-los e aos seus companheiros, e não como instrumento da cidadania, do direito dos cidadãos.

Faz medo. E é por isso que muitas vezes o Partidos dos Trabalhadores mete os pés pelas mãos.

É o tal projeto de permanência indefinida no poder. E deu no que deu: deu no mensalão. Porque não se contentaram em ganhar a eleição.

Eles já queriam, no primeiro mandato de Lula, a perpetuação no poder.

O modelo é Hugo Chávez. O grande ídolo é Hugo Chávez. E é por isso que resulta nessas coisas: mensalão, caseiros, corrupção na refinaria que estão construindo em Pernambuco. E é por isso que, como nunca antes na história, a corrupção foi tão institucionalizada no Brasil. Porque a lei é para os outros, a lei é para os adversários; para os próprios e para os correligionários, é permitido tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concluindo, Sr. Presidente.

Senhor Secretário da Fazenda, V.Ex^a precisa informar se apurou ou mandou apurar a denúncia que eu fiz. V.Ex^a precisa informar se a denúncia procedia ou se fazia apenas parte de um plano orquestrado da oposição. É isso apenas, secretário Carlos Martins, que V.Ex^a tem a obrigação e o dever de explicar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, o nobre deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- É rápido. Não, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Eu concedo a questão ordem a V.Ex^a. Eu só peço a V.Ex^a que, por gentileza, se atenha ao Regimento.

O Sr. Zé Neto: Sr. Presidente, é regimental. Eu só peço a V.Ex^a, reiteradamente, conforme o artigo 22 da Constituição do Estado, até para preservar os princípios da legalidade nesta Casa. O artigo 22 diz: (lê) “*Art. 22 - Os atos administrativos são públicos, salvo quando o interesse da administração exigir sigilo, declarado em lei. § 1º - É obrigatória a publicação dos atos administrativos, no órgão oficial, para que produzam seus efeitos regulares. § 2º - A lei poderá estabelecer obrigatoriedade de notificação ou intimação pessoal do interessado para determinados atos administrativos. § 3º - É obrigatória a divulgação de todos os*

planos, programas e projetos da Administração Pública.”

V.Ex^a solicite mais uma vez àqueles que fizeram a denúncia que apresentem a procedência.

O Sr. Misael Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Zé Neto, V.Ex^a me obriga a conceder uma questão de ordem ao deputado Misael, contrariando os argumentos e a solicitação do deputado Álvaro Gomes. Mas como o presidente desta sessão é democrático, concedo a questão de ordem ao deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Agradeço sua compreensão, deputado Rogério Andrade. V.Ex^a tem pautado o seu trabalho sempre pela imparcialidade.

Infelizmente, o deputado Zé Neto, desde ontem, ou desde que cheguei a esta Casa, mais precisamente, deputado João Carlos Bacelar, tem-se comportado de forma destemperada sempre que não há argumentos para contraditar o que temos trazido: as denúncias graves contra o governo do Estado.

O deputado Zé Neto leu um artigo da Constituição Estadual que nada tem a ver com o caso, ao contrário do que já trouxe a esta tribuna o deputado João Carlos Bacelar. O deputado João Carlos Bacelar trouxe uma denúncia grave, e toda a Bancada do governo tem-se pautado somente em perseguir quem vazou a informação, em vez de contraditar e dizer que ela é inverídica, é falsa.

Mais uma vez, contraditando o deputado Zé Neto, que tem a postura contumaz de fazer questões de ordem e se ausentar do Plenário, leio mais uma vez o que trouxe aqui o deputado João Carlos Bacelar sobre a prerrogativa dos deputados, art. 84 da Constituição Estadual: *“O deputado é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, não podendo, desde a expedição do diploma, ser preso...”*

E o § 3º diz: *“O deputado não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou dele receberam informações.”*

O § 3º é claro. O deputado João Carlos Bacelar recebeu uma denúncia grave sobre perseguição a uma rede de comunicação que pertence a adversários políticos e históricos do governador Jaques Wagner. É uma informação grave. E respaldado no art. 84, § 3º da Constituição Estadual, ele não é obrigado a dizer quem lhe trouxe a informação.

O que é que está acontecendo aqui? O governo democrático, republicano não consegue responder a denúncias graves e quer perseguir àqueles que trazem a verdade para a Assembleia Legislativa.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Professor Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Professor Valdeci.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, aos que estão aqui presentes, crianças que nos estão assistindo nas Galerias – sejam bem-vindas a esta Casa da Democracia –, professora que as acompanham, telespectadores da *TV Assembleia*, quero dizer que ontem, deputado João Carlos Bacelar, com muita alegria, fui ao Colégio Duque de Caxias, no bairro da Liberdade. Não o conhecia, não conheço Salvador direito. Quero cumprimentar o diretor Jackson que está há dois meses no cargo, fazendo um excelente trabalho em uma escola que é muito grande. Conheci a sala de informática, os televisores que já estão instalados e também as dificuldades.

Quero, como professor municipal que sou, dizer que é importantíssimo que o nosso Estado da Bahia convoque para trabalhar nas escolas estaduais os coordenadores pedagógicos já aprovados num concurso público.

Estamos passando por uma crise financeira mundial.

Eu preciso, enquanto deputado estadual, fazer a defesa do concurso público para professores para que realmente tenhamos uma educação pública de qualidade. Temos a receita de 25% para a educação, constitucionalmente. E aquele bairro que conheci ontem, um bairro superpopuloso pelo que pesquisei, mal planejado, como são todas as nossas metrópoles – e aí é um erro nosso, do Brasil, da forma como foi construída – é irracional em 325Km² morar quase três milhões de habitantes, mas isso é um fato, não temos conserto, só paliativos. Queria agradecer ao diretor Jackson pela maneira como me recebeu e, com certeza, serei um defensor não só daquela escola como de todas as outras.

Gostaria de informar também que na data de hoje estou dando entrada num pedido da Frente Parlamentar em defesa do piso salarial nacional do magistério para a educação básica. E hoje, dia 2 de abril, está havendo em Brasília um ato da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, no Supremo Tribunal Federal para que seja agilizado e também um seminário no Congresso Nacional, convidado pela deputada federal Fátima Bezerra, vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara, sinto não estar lá porque tenho a obrigação de estar aqui como parlamentar. Mas quero aqui dizer que pesquisei nos arquivos da Casa e como não tinha ainda a formulação dessa Frente, estou fazendo a solicitação.

Quero reiterar, sou professor, coordenador pedagógico da rede municipal, a importância de fazermos um estudo econômico. Nesse caso também quero aqui reiterar que nós da Assembleia precisamos, e já foi pedido aqui por outros parlamentares, termos debates internos sobre os reflexos desse momento econômico no mundo, aqui na Bahia, precisamos entender o que acontece. Não podemos ter discussões irracionais de Situação e Oposição dentro de quatro paredes, enquanto Poder Legislativo, temos que ter a responsabilidade de entender o que está acontecendo e colaborar para a superação dos problemas.

Entrando, no debate colocado aqui sobre a Secretaria da Fazenda, queria dizer que não tenho dúvidas que a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, após a votação que tivemos aqui do Fisco, irá melhorar, não tenho dúvida. E quero colaborar enquanto deputado estadual do Partido dos Trabalhadores para isso. Então, já peço

daqui da tribuna que o secretário da Fazenda ou quem de direito me receba agora após o almoço para que eu possa estudar e entender, porque o que aprendi é que nós temos que ter o pensamento crítico, e para isso temos que entender do assunto em pauta.

Nesse sentido, quero dizer que sou solidário, sim, ao deputado João Carlos Bacelar e de qualquer outro que coloque alguma questão que tenhamos que apurar. Não sou a favor da CPI porque não sei se cabe no momento. Mas também queria dizer que nós deputados temos que ser contra qualquer tipo de patrulhamento, seja ideológico, qualquer tipo, porque se estamos aqui é porque temos uma base, um pensamento, uma estrutura psicológica, emocional e de conhecimento que nos permite avaliar, e qualquer um tem direito de fazer. Queria deixar isso bem claro que temos que estudar, como autoridade constituída temos que conhecer.

Nesse sentido, acho que o senador tem o direito de se manifestar, mas acho que ele não pode fazer isso se baseando num documento que ele também não estudou. Então aí fica a disputa política pela disputa política. Acredito que neste momento por que passa a humanidade temos que rever nossos conceitos. Tem um pessoal novo ali, até falo a ele, também como professor, que temos que aprender a entender para manifestar a nossa posição, senão, nós que somos autoridades, pagamos um preço, porque a palavra é um risco. Por isso é que acredito que temos que estudar.

Também quero fazer uma pergunta com relação a essa questão. Não é nem o caso de ele negar ou assumir, apurar ou mandar apurar. Eu nunca fui executivo, só fui vereador, mas se a gente não ficar.... Tudo o que as pessoas falam a gente for... Está errado. O que um deputado fala tem que ser apurado, porque é a nossa obrigação. Então, neste sentido, de uma forma humilde, vou solicitar ao corpo técnico da Secretaria da Fazenda que me auxilie nesta questão. Espero que terça-feira que vem tenhamos passado uma régua nisso.

Quanto à pergunta feita pelo deputado João Carlos Bacelar se a Secretaria é utilizada como ferramenta de perseguição política, essa eu quero responder. Quero lhe dizer que não, não é. E quero assumir que não é perseguição, tenho a ousadia de assumir isso em nome do governador Wagner, que é do meu partido, deste grande Partido dos Trabalhadores, do secretário Carlos Martins, que é competente. Não é perseguição, se for sou o primeiro a denunciar, não precisa ter dúvida disso.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de lhes informar a visita dos estudantes da Escola Municipal de Mussurunga, como parte do programa Escola e Legislativo. Sejam todos bem-vindos. É um prazer para este Parlamento recebê-los nesta manhã. (Palmas)

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Bira Corôa.

Solicito ao nobre deputado Professor Valdeci fazer parte da Mesa substituindo o deputado Bira Corôa para que ele faça uso da palavra na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, que não é coroa, é um jovem parlamentar.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores, alunos que visitam a Assembleia, nosso inteiro respeito e satisfação pela presença de vocês, nobre professora, quero retomar este assunto para ser, talvez, a minha última falação em relação ao tema da denúncia aqui apresentada, por entender que é uma denúncia que não vai passar desse processo. É natural que a Oposição faça utilização dela e nós da base do governo, sem dúvida alguma, e do governo, temos a responsabilidade de acatar todas as denúncias e nos aprofundar nas investigações para comprová-las ou não. Comprovando-as, é necessário tomar as ações devidas para que os responsáveis possam respondê-las, e, se for uma denúncia vazia, que o autor também possa responder pelo ato de irresponsabilidade.

Quero, mais uma vez, lhes dizer claramente, em relação ao aspecto que foi criado e a provocação de uma CPI, que eu até me coloquei à disposição para assiná-la na medida que os documentos sejam apresentados e tenham veracidade, não o documento que ora circula e, mais uma vez, cobro que pelo menos ele chegue na sua totalidade à Taquigrafia da Casa. Ainda não chego. Aí, não passa apenas de denúncia. Reconheço e destaco o papel e o compromisso do deputado João Carlos Bacelar, com todo o respeito que tenho pelo parlamentar, mas é preciso que tenhamos pelo menos acesso ao documento, não a trechos de um documento. Sabemos muito bem como educador que, no contexto de um texto, muitas vezes uma frase não pode expressar toda a interpretação do texto. Por isso, quero concordar plenamente com a colocação feita aqui pelo Prof. Valdeci, deputado do meu partido nesta Casa, a quem estimo muito, quando diz que até o pronunciamento feito pelo senador está embasado em cima de um documento que não lhe dá sustentação, e muito menos credibilidade e respeito. É preciso que a gente possa aprofundar esse processo a partir duma linha de responsabilidade e compromisso, que é o que a sociedade nos delegou e está nas funções que estamos exercendo. Então, é a minha colocação sobre esta situação.

Mas quero, nobre deputado Álvaro Gomes, me posicionar acerca dum pronunciamento feito também nesta Assembleia tentando descaracterizar o governo Wagner da linha de governo popular, democrático, de responsabilidade e compromisso e um governador transformador, que tem sido reconhecido pela Bahia pelo conjunto de intervenções e ações que vem desenvolvendo.

Quero inclusive corrigir o que foi apresentado pelo deputado Elmar em relação às ações que estão ocorrendo com a crise internacional. Ele está atribuindo ao governo Wagner o fato da empresa que lá em Camaçari fechou as portas e foi embora para Santa Catarina deixando trezentos empregados, o que na verdade é fruto da forma como o Estado se colocou no passado para atrair empreendimentos sem amarrar responsabilidades.

Quanto a essa empresa, estão vencendo no dia 30 de dezembro os 10 anos de incentivos dados pela política estadual implementada à época. Não quero nem

questionar tal política. Acho que foi até acertada, faltou apenas amarrar. Ouviu, presidente? Acho que a política foi acertada para atrair investidores. Agora, faltou amarrar compromissos posteriores ao período em que a empresa estava sendo beneficiada pelas concessões dadas pelo Estado e pelos municípios para que a gente não tenha de pagar isso.

E em Camaçari quero mais uma vez destacar o compromisso e a responsabilidade do prefeito Luiz Carlos Caetano, que saiu na frente dando à Bahia o exemplo de como se deve comportar um prefeito que tem compromisso com o seu povo ao entrar com uma ação requerendo a reintegração de posse da área que o município disponibilizou para a implantação dessa empresa. São três mil metros quadrados, num valor correspondente hoje a R\$ 3 milhões de reais, levando-se em conta os benefícios, os serviços de pavimentação e reestruturação feitos para que ela se instalasse lá.

Mais do que isso: ele entrou também com uma ação para que tal empresa venha a devolver aos cofres públicos os quase nove anos de isenção de impostos municipais concedida durante a sua permanência. Isso porque ela, de forma irresponsável, fechou as portas e foi embora sem sequer conversar com os governos estadual e municipal, que lhe deram concessões ao longo do tempo.

Tais fatos ocorrem não apenas pela crise, mas sim por uma política que já é tradicional no nosso País: venceram as concessões, migra-se para um outro estado ou município onde se encontrem outras, conseqüentemente desrespeitando-se todos os benefícios dados pela sociedade através dos governos.

Logo, o prefeito Luiz Caetano está de parabéns por essa sua ação e pelas medidas outras também, porque essa empresa estava tentando dar um outro calote: sair sem cumprir os compromissos trabalhistas para com os servidores que estavam sendo postos no desemprego a partir dali. E o patrimônio dela está confiscado! É bom que se coloque isso, nobre presidente. Ela vai ter cumprir judicialmente todos os seus compromissos trabalhistas com os funcionários para poder tirar de dentro do seu galpão alguma máquina!

Portanto, essas são as ações de responsabilidade e compromisso praticadas pelo governo municipal com todo o apoio do estadual através do governador Jaques Wagner, que também não mediu nenhum esforço assumindo a posição de que o Estado igualmente está tomando as devidas providências para que essa empresa possa dar como medida reparatória e devolver ao Estado os benefícios que ela teve nesse processo. Então, são ações diferenciadas.

Mas quero mais uma vez, Sr. Presidente, destacar que não trabalho com a visão de estar atacando ou sendo atacado, de estar descaracterizando, muito menos, fazendo o enfrentamento à instituição, à Casa Legislativa. E, aí, quero chamar a atenção desta Casa de que as denúncias fazem parte do dever e do direito do deputado, elas não podem ser aleatórias, denúncias vazias, porque na realidade o que elas podem proporcionar é, nada mais mais, nada menos do que plantar na sociedade mais descrédito e mais desrespeito do que já existe hoje do Poder Legislativo. Temos que fazer denúncias respaldadas, com sustentação, para que sejam referendadas na

sociedade com credibilidade e respeito, por isso é que me coloco, Sr. Presidente, nessa posição.

Quero encerrar nos segundos que me restam apenas informando que na terça-feira foi realizada uma audiência pública pela Comissão de Promoção da Igualdade desta Casa, discutindo a situação do Centro Histórico de Salvador, até corrigindo, do Centro Antigo, porque envolve outras áreas além do Pelourinho, que foi a política acertada pela restauração do Pelourinho pelo governo passado, mas errada no momento em que restringiu o Centro Histórico de Salvador apenas ao Pelourinho e praticamente destruiu ou colocou no abandono e no ostracismo todas as outras áreas consideradas antigas e históricas da Cidade do Salvador, dentre eles a Cidade Baixa, o Comércio e outras.

Consequentemente, tivemos uma discussão ampla e fizemos uma agenda de audiências e visitas para discutir com as comunidades presentes do Abaeté, da Calçada, da Ribeira, a situação sócio-econômica e política dessas áreas para, a partir daí, discutirmos junto com o governo do Estado políticas acertadas para a restauração, preservação e sustentação social e econômica dessas áreas. Iniciamos com o Pelourinho e vamos ter aqui uma sessão especial para discutirmos o Pelourinho que estarei apresentando a data na próxima sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o Líder do governo, da Maioria ou do PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O SR. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, gostaria de pedir para inserir nos Anais desta Casa uma matéria do Portal Vermelho com o título: *PCdoB tem propostas para compensar perdas dos prefeitos com FPM, Fundo de Participação dos Municípios*:

A Bancada do PCdoB quer que o governo federal compense as perdas dos municípios com a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O líder do Partido, deputado Daniel Almeida (BA), propõe que a União transfira mensalmente aos municípios as eventuais perdas de receita com o FPM, tomando por base o recebido em igual mês do ano passado.

Na realidade, vivemos hoje o reflexo de uma crise que não foi produzida pelo Brasil, uma crise produzida nos grandes países capitalistas, mais especificamente, nos Estados Unidos que é a maior potência econômica e militar do mundo, ainda, neste momento, e essa crise atinge todos os países. Evidentemente que o Brasil está mais preparado para enfrentá-la, mas não significa que ela não tenha reflexos em nosso País, tem sim, tanto que o presidente Lula vem tomando medidas para responder a essa crise, e medidas corretas como a redução dos juros que ainda continuam sendo muito altos, os juros do País precisam ser muito mais reduzidos; continua implementando as obras do PA, Programa de Aceleração; continua investindo em

atividades produtivas; continua investindo na área de moradia com o anúncio da construção de 1 milhão de novas moradias para a população de baixa renda, isso significa o aquecimento da nossa economia, geração de emprego, enfim, significa fazer com que o Brasil reduza o déficit habitacional.

Portanto, as medidas do governo Lula são corretas, assim como as do nosso governador Jaques Wagner que tem, também, implementado medidas no sentido de enfrentar esta crise com trabalho e mais trabalho.

Portanto, entendo que os reflexos desta crise no Brasil são bem menores do que poderiam ser na época da ofensiva neoliberal. Se esta crise mundial acontecesse no período anterior, seria um desastre para o Brasil, mas o País está mais preparado, e o governo Lula vem tomando as providências neste sentido.

No que pese as medidas do presidente Lula, sofremos os reflexos da crise e um deles é exatamente a redução do Fundo de Participação dos Municípios. Isso tem um impacto muito forte. Mas da mesma forma que o governo Lula vem tomando as medidas mais globais, mais gerais para enfrentar a crise, é preciso tomar medidas, também, para que os municípios não sofram tanto, principalmente os mais carentes.

É neste sentido que Bancada do Partido Comunista do Brasil apresenta uma proposta para combater as perdas dos prefeitos com a redução do Fundo de Participação dos Municípios. Neste sentido, a proposta que a nossa Bancada apresenta, através do nosso líder no Congresso Nacional, na Câmara de Deputados, deputado Daniel Almeida, é uma proposta para que os prefeitos continuem a receber o mesmo valor que receberam no mesmo mês correspondente ao ano anterior. Essa é a proposta básica para resolver esse problema da redução do Fundo de Participação dos Municípios, para que os municípios saiam desta crise.

Então, neste sentido, nós trabalhamos para que o governo federal tome essas providências, já que a redução é em função de medidas do governo, corretas, mas é preciso socorrer os municípios, principalmente os pequenos. Esta é uma questão que queria abordar, inicialmente.

A segunda é contestar o discurso da nobre deputada Antônia Pedrosa que neste momento não se encontra no plenário e até gostaria que estivesse, com todo o respeito que tenho pela deputada Antônia Pedrosa, mas quero aqui discordar profundamente do discurso com relação à cidade de Correntina.

Na realidade, o prefeito Maguila foi eleito com 94% dos votos daquele Município. Ora, prefeito que é eleito com 94% dos votos significa um apoio popular extraordinário, um apoio popular fantástico.

O prefeito Maguila, é verdade, é oriundo do PFL, do DEM, mas é preciso aqui registrar que nós não podemos generalizar. Evidentemente que o DEM tem uma proposta retrógrada, tem uma proposta conservadora, neoliberal. Mas nós não podemos, seria um grande equívoco, generalizar, imaginar que todos os filiados do DEM estão na mesma situação.

Evidentemente que existem pessoas confiáveis em todos os partidos, nós não podemos generalizar. O partido tem a sua lógica geral e a tendência do número maior de pessoas defendendo essa tese é maior, mas existem também pessoas sérias nesses

partidos, e Maguila é um desses, e por ser, inclusive, uma pessoa séria, coerente é que procurou um partido sério e coerente que foi o PCdoB. Então, o PCdoB está de braços abertos para todas aquelas pessoas, oriundas de qualquer partido, sem discriminação, que queiram se incorporar às suas fileiras.

A deputada Antônia Pedrosa declara que o prefeito Maguila não tem lido as obras marxista e leninista, mas, a deputada também deve entender que ninguém nasce sabendo, todas as pessoas aprendem no seu cotidiano e o nobre prefeito de Correntina está aprendendo a ser comunista, aliás, já exerce isso pela sua administração transparente, pela sua administração com a participação popular...

O Sr. Professor Valdeci:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concedo o aparte ao nobre deputado professor Valdeci.

O Sr. Professor Valdeci:- Serei breve, muito obrigado pela concessão do aparte.

Só queria dizer, quanto ao prefeito Maguila, que é uma pessoa simples, um trabalhador rural, meu amigo. Estava em outro partido, veio para o PC do B e queria dizer que - eu não tenho o tempo que precisava, - mas ele tem o meu apoio, e as pessoas mudam. Então, Maguila, apesar dos erros administrativos, inclusive alguns que eu critico, mas ele está ajudando a Escola Família Agrícola. É uma pessoa que, apesar dos erros administrativos vai contribuir muito para o desenvolvimento do município de Correntina.

Só queria fazer esse registro. Muito obrigado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Muito obrigado professor Valdeci, incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Só concluindo, nobre presidente.

Queria dizer que o nobre prefeito Maguila tem tido todo o apoio da população, tem feito uma administração transparente, uma administração progressista, uma administração que tem beneficiado a população. Portanto, não procedem, em hipótese alguma, as colocações da deputada Antônia Pedrosa.

O Oeste está ficando vermelho, sim, tem o prefeito Maguila, tem o prefeito Carlos Caraíba, temos grandes lideranças na região e vamos...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Álvaro, para concluir.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) aquela região cada vez mais vermelha.

Portanto, todo meu apoio ao prefeito Maguila pela sua seriedade, transparência e por ser um prefeito que tem trabalhado intensamente em defesa do povo de Correntina.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, por todo o tempo, o

nobre Líder do Democratas, deputado Misael Neto.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, retorno mais uma vez a esta tribuna e, deputado Álvaro Gomes, gostei da parte do seu discurso que diz que o companheiro está aprendendo a ser comunista. Eu pensei que o comunismo já vinha na essência da pessoa, essa só não foi melhor do que a passada de V.Exª...

O Sr. Álvaro Gomes:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. MISAEL NETO:- Está inscrito.

(...) a passada. Outro companheiro comunista, lá na minha cidade de Juazeiro, megaempresário do ramo da agricultura, grande comerciante e empresário comunista. Eu não estou mais entendendo esse Partido Comunista. É cada pérola, deputado Álvaro Gomes! Eu vou conceder o aparte a V.Exª.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Misael, todos nós aprendemos no nosso cotidiano. Ser comunista é uma decisão cotidiana, você vai aprendendo no processo, você não nasce comunista, você aprende a ser comunista. Ninguém nasce pronto, nós aprendemos com a sociedade. Portanto, o camarada Maguila está aprendendo a ser comunista e está aprendendo muito bem, está indo muito bem nas suas ações.

O Sr. MISAEL NETO:- Desejo também boa sorte e que V.Exª, que é comunista desde criancinha, também ajude o companheiro, camarada Maguila a aprender a essência de Stalin.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, venho a esta tribuna, mais uma vez, para tratar do assunto que está acontecendo na Secretaria da Fazenda, não só no seu aparelhamento, como também da ingerência que está tendo contra seus adversários.

O deputado, professor Valdeci, ontem, com muita lucidez, proferiu aqui um discurso, que repetiu todo o seu teor no dia de hoje, e que gostaria que toda a Bancada de governo também pensasse como V.Exª.

A denúncia que o deputado João Carlos Bacelar trouxe aqui é muito grave e por conta disso a Bancada de Oposição, e não gostaria somente a Bancada de Oposição, mas a Assembleia Legislativa desta Casa, que tem como uma das suas obrigações a fiscalização do governo, também assinasse esse Requerimento, que passo a ler agora:

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados vêm, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3º da Constituição Federal, art. 83, §§ 3º e 6º da Constituição Estadual, e art. 56 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, REQUERER A CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO -CPI, com prazo certo de duração de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, com o escopo definido de apurar fato determinado, alusivo a e-mails (em anexo) que circula na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ, que caracteriza perseguição política ao Grupo Rede TV BAHIA, cujo trecho transcrevemos do comunicado emitido pelo Inspetor da IFEP Serviços/DAT METRO, Sr. Abelardo de Andrade Cardoso, quando textualiza:*

“Tem uma solicitação de fiscalizar a rede de empresas da TV Bahia, Sandra Noya fiscalizou e encerrou sem resultado, peço que converse com ela sobre a

possibilidade de ter resultado na fiscalização de outras empresas do grupo conforme solicitação da Superintendência.

Me mantenha informado."

Então, trazemos a justificativa; (lê) *"O objeto dessa Comissão Parlamentar de Inquérito consiste em apurar fortes indícios de ilegalidade existente quando em uma recomendação explícita determinação por parte de uma Superintendência de Fiscalização em direcionar e arrancar a qualquer custo alguma irregularidade fiscal por parte de qualquer empresa associada ao Grupo da Rede TV Bahia."*

Mais uma vez transcrevemos aqui o e-mail, e continua: (lê) *"Uma situação clara de perseguição política-fiscal, se confirmada a informação que circula nos gabinetes da SEFAZ, vindo a constituir em situação de gravíssima ilegalidade, merecendo por parte deste Poder Legislativo, as ações cabíveis para inteira responsabilização dos servidores públicos e autoridades da SEFAZ ou Agentes Políticos envolvidos nesta operação de perseguição política-fiscal, cujo foco seria a Rede de Comunicações TV Bahia.*

Por outro lado, a CPI cuja criação ora se requer, reveste-se de relevante interesse público e está adstrito à competência desta Assembleia Legislativa, na medida em que se refere a fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Direta do Estado da Bahia, que representam se confirmados de ilegalidades, ferindo o pleno estado de direito e os princípios republicanos.

A CPI ora requerida deverá ser constituída 8 (oito) membros efetivos e 3 (três) suplentes, definindo-se que os recursos administrativos e o assessoramento necessário ao seu funcionamento serão providos pelo setor competente da Assembleia Legislativa, ocorrendo à conta do orçamento próprio deste Poder."

Enfim, estaremos a partir da data de hoje, deputado Rogério Andrade, colhendo assinaturas para a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI- cujo foco será saber se há essa política fiscal de perseguição a adversários políticos de S.Ex^a o Sr. Governador do Estado Jaques Wagner, já que no e-mail trazido a esta Casa pelo deputado João Carlos Bacelar, de forma clara, o Sr. Abelardo que é inspetor e coordenador da parte da inspetoria tudo a ver com utilidade pública, daí partir dele a perseguição à Rede Bahia que é uma empresa de utilidade pública, vem a usurpar sua função, deputado Bira Corôa. Aqui ele deve tratar somente de empresas de utilidade pública tais como a Telemar, radiodifusoras, rede de comunicação. Só que o conglomerado da Rede Bahia, como ele coloca aqui, fiscaliza outras empresas do grupo, aqui está abrangendo. Hoje, sabemos que existe uma construtora, que não cabe a ele fazer tal solicitação. O deputado Zé Neto esteve lá no Festival de Verão e sabe que também é um dos empreendimentos do grupo Rede Bahia, esteve lá com o governo Wagner comemorando o Festival de Verão. Então são diversas empresas do grupo Rede Bahia que estão sendo perseguidas.

E, para finalizar, Sr. Presidente, chegou as minhas mãos matéria publicada no jornal *A Tarde* de ontem que estampa a foto do conhecido baiano Duda Mendonça, mensaleiro, que ajudou a propagar o mensalão, do PT, e está participando, Professor Valdeci, da concorrência milionária. São 129 milhões em publicidade para o próximo

ano. Mas não são todos, não, deputado Valdeci. Vou até retirar, do PT, porque o Professor Valdeci não merece, é um companheiro desta Casa, respeitado, deputado Bira Corôa. Alguns aloprados, como disse o presidente Lula, caíram na tentação do mensalão.

Mas está aqui, deputado Bira Corôa, V.Ex^a que sempre criticou os gastos do governo passado com publicidade, saiu de 47 milhões, do governo Paulo Souto, para 96 milhões, proposta orçamentária aprovada nesta Casa. Agora, já há o incremento de 129 milhões para serem gastos pelo governo da Bahia, em um ano, com publicidade. É uma verdadeira farra com o dinheiro público, deputado Bira Corôa. São 129 milhões, mais de 10 milhões de reais por mês para serem gastos com publicidade. Para concluir, Sr. Presidente, um dos que concorre é o nosso querido amigo baiano Duda Mendonça, está aqui no jornal *A Tarde*.

Era o que o que eu tinha a tratar na manhã de hoje, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra nobre o Líder do governo e da Maioria ou do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por 4 minutos e o deputado Bira Corôa por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento em que o deputado Misael faz a leitura de um requerimento de solicitação de CPI para discutir a suposta denúncia de perseguição na Secretaria da Fazenda à *TV Bahia* para orientar a Bancada do governo a não assinar esse documento. Peço aos deputados Bira Corôa e Luiz Augusto e quem estiver nos gabinetes nos ouvindo, a nossa Bancada do governo a não assinar esse documento. Por que não assinar esse documento? Porque somos favoráveis à apuração dos fatos. As denúncias têm que ser apuradas, se comprovadas, os responsáveis pelos crimes têm que ser punidos rigorosamente. Mas eu não posso, em hipótese alguma, concordar com a banalização de um instrumento tão importante quanto a CPI. Não podemos, deputado Bira Corôa, banalizá-la.

Imaginem, uma instituição importante como a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Luiz Augusto, convocar uma CPI para apurar uma suposta denúncia, cujo documento que a justificaria é a xerox de um *e-mail*, cujo conteúdo, ainda que seja verdadeiro, não diz absolutamente nada. Diz que é para fiscalizar uma empresa. Qual é a função da Secretaria da Fazenda? Se não for a de fiscalizar, qual seria a função dela?

O Sr. Misael Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Serei breve, deputado Álvaro Gomes, agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

Deputado, como vamos investigar se essa denúncia é verdadeira ou não, se não fizermos o processo legítimo desta Casa, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É a forma mais correta de investigar. Não devemos ficar fazendo somente discursos, vamos instalar essa comissão! Por isso, peço a V.Ex^a que assine essa CPI, e assim possamos investigar...

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Não vai ter a minha assinatura em hipótese alguma.

O Sr. Misael Neto:- Então V.Ex^a não quer uma investigação. Vamos colocar panos quentes, cortando a cabeça desse senhor que enviou esse *e-mail*, que é a parte mais fraca da corda.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Misael Neto, V.Ex^a sabe que eu não me recuso a assinar nenhuma CPI. Defendo sempre a apuração rigorosa. Agora, acho que nem os senhores estão convencidos, porque seria, talvez, uma coisa inédita. A Bahia ficaria numa situação complicada. Imagine, a Assembleia Legislativa da Bahia instalar uma CPI para apurar uma suposta denúncia de perseguição a uma empresa, a *TV Bahia*, cujo documento é a xerox de um *e-mail*. Na realidade, não é nem um *e-mail* completo, é apenas uma parte.

Concluo, orientando a nossa Bancada a não assinar esse documento, por ser algo ridículo. Isso vai ser motivo de críticas à Assembleia Legislativa, porque é um caso complicado, difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Bira Corôa, liderança maior da Região Metropolitana de Salvador.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, obrigado pelo título, espero chegar a esse posto.

Sr. Presidente, não queria falar de novo a respeito desse fato, porque esta Casa parou hoje para discutir mais uma denúncia vazia. Um pedaço de *e-mail* sendo considerado fato para uma denúncia; um fragmento de uma cópia de *e-mail* – não é? – como vários documentos apócrifos que foram vinculados a este Estado – não é? –, que não trazem, na realidade, sustentação suficiente. E não quero mais estar entrando nesta linha, porque...

Com relação à CPI, deixo aqui o seguinte questionamento: por que esta Casa e os deputados que ora estão fazendo um carnaval em torno de uma CPI não assinaram a CPI da Ebal? Ao longo de mais de 20 anos, esta Casa ficou sem abrir uma CPI. Vejam que tivemos escândalos como o da “pasta de cor-de-rosa”, do painel do Senado, a das escutas telefônicas – não é? – e uma série de outros, e, nobre deputado Valdeci, os deputados nem sequer somaram esforços para esta Casa cumprir o papel de investigá-los!

Aí não vou me prestar ao papel de, em cima de um fato sem consistência, abrir um processo de discussão e debate ou até mesmo de uma CPI. Mas ponho-me à

disposição...e disse que, na hora em que tiver acesso ao documento completo e que ele trouxer elementos suficientes para uma denúncia, assino, sim, a favor da instalação de uma CPI. Faço, pois, esse desafio.

Mas tenho convicção, nobre deputado Álvaro Gomes, de que é mais um papel que vai se perder ao vento por não ter consistência para se tornar uma prova para sustentar nem sequer uma denúncia mais apurada ou até mesmo chegar a uma CPI.

Mas aí, para não perder todo o tempo da fala nesse assunto já liquidado, quero, mais uma vez, chamar a atenção para o fato de que estamos num processo diferenciado na Bahia, ou seja, num processo de um governo de transformação, popular, que se afirma em nosso Estado e já faz a diferença.

Na segunda-feira, pela manhã, o governador Jaques Wagner esteve no Vale do Iguape, em Maragogipe, mais precisamente em São Roque, na base avançada de produção de plataformas continentais da Petrobras, onde participou da aula inaugural de preparação de 1.500 jovens do Recôncavo baiano, cuja mão de obra será absorvida num processo importante para aquela região, que é o resgate do governo Lula de compromisso com a afirmação do recursos do capital do Brasil, que é retomar a tradição e garantir a experiência acumulada na Bahia com a produção das plataformas continentais, que o governo passado levou para fora do País para serem construídas em Cingapura, mas o governo popular do presidente Lula, com a responsabilidade que tem com o povo brasileiro, recuperou para ser produzidas no Brasil. São 28 plataformas continentais que serão construídas no Brasil, 28, mas que seriam construídas em Cingapura, conforme já acordado, o que causaria uma evasão de receita para o País. Assim, um instrumento de potencialização de combate ao desemprego, que estaria sendo dado a outro país, agora, sim, volta ao Brasil, e temos de sair na frente!

E o governo Wagner está preocupado para que não ocorra, na Bahia, o que aconteceu com a vinda do Polo Petroquímico, que garantiu parte da economia, melhorou o desenvolvimento tecnológico de todo o Estado,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) mas os municípios envolvidos ou circunvizinhos ao Polo pagam um preço muito alto no aspecto social, Sr. Presidente, porque a mão de obra não foi preparada.

Os postos de trabalho foram ocupadas, com mão-de-obra oriunda de outros Estados, especialmente do Sul, principalmente a qualificada.

Nós arcamos com parte do chão da fábrica e com o desemprego, e para que isso não aconteça na região do Recôncavo lá foi lançado um grande projeto com a parceria da Petrobras, da iniciativa privada, do governo federal, do governo estadual, para que cinco mil jovens sejam preparados para ocupar os próximos postos de trabalho que se desencadearão daqui até 2013.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, peço a V.Ex^a, já que se encerraram os Horários das Lideranças Partidárias e das Representações Partidárias, uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Presidente, é somente para fazer um esclarecimento sobre as competências da Comissão Parlamentar de Inquérito, art. 58 (lê): *“No exercício das suas atribuições poderá a Comissão determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de repartições públicas e de órgãos da Administração Descentralizada informações e documentos, ouvir deputados, secretários de Estado e autoridades estaduais ou municipais”*.

Então, é da competência da Comissão Parlamentar de Inquérito, justamente, a investigação. Se queremos que esse *e-mail*, esse documento, chegue no seu original, vamos instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar.

Gostaria, deputado Rogério Andrade, de solicitar a verificação de quórum para dar continuidade à presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Eu só quero complementar que conheço o Regimento e já participei de inúmeras CPIs, inclusive quando vereador. Até ser instalada, não pode ser instalada em cima de uma denúncia vazia, porque descaracterizamos um instrumento estratégico e importante do Poder Legislativo a troco de nada.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito ao nobre Sr. 1º Secretário informar o número dos deputados presentes à sessão.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Luiz Augusto, procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 6 Srs. Deputados, número insuficiente para dar continuidade à presente sessão.

Antes de dá-la como encerrada, gostaria de registrar a presença do deputado Álvaro Gomes, do PCdoB; deputado Bira Corôa, do PT; deputado Professor Valdeci, do PT; deputado Misael Neto, do Democratas; deputado Luiz Augusto, do PP; e o próprio presidente em exercício, deputado Rogério Andrade, com muito orgulho, do Democratas.

Em nome de Deus declaro encerrada a presente sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.